ATA DA 68ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Ata da 68ª Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 13 de novembro de 2015, à 13h30, na Sala de Reuniões da Corregedoria, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Renato Jaquet Rostirola, presentes os membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR N. 664, de 13 de maio de 2014, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de maio de 2014, a saber, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Henrique Rosas, o Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista Ferreira da Silva, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília Doutor Flávio Fernando Almeida da Fonseca, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília Doutor Flávio Augusto Martins Leite, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Doutor André Vinícius Espírito Santo de Almeida, o Excelentíssimo Senhor Defensor Público do Distrito Federal Doutor Leonel Magalhães, a Excelentíssima Senhora Conselheira da OAB/DF Hellen Falcão, a Senhora Coordenadora da COSIST Doutora Kátia de Souza Prates, o Senhor Secretário do Processo Judicial Eletrônico Doutor Declieux Dias Dantas, a Senhora Assessora do MPDFT Doutora Gabriela Badaró e o Senhor Coordenador Substituto da CGSIS Fernando Dias. Ausentes, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Juíza Assistente da Primeira Vice-Presidência Doutora Marilza Neves Gebrim, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito Substituto do CEJUSC-JEC-BSB Doutor Josmar Gomes de Oliveira, o Excelentíssimo Senhor Procurador do Distrito Federal na Procuradoria-Geral do Distrito Federal Doutor Alexandre Moraes Pereira, tendo indicado para substituí-lo nessa reunião a Senhora Diretora de Suporte Administrativo da Procuradoria-Geral do DF Doutora Thaís Ferreira Viturino Boueres e o Senhor Secretário-Geral Doutor Celso de Oliveira e Sousa Neto. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola abriu os trabalhos, submetendo à apreciação dos membros do Comitê o **primeiro item da pauta: Aprovação da Ata da 67ª Reunião do Comitê Gestor, realizada em 06 de novembro de 2015**. Não havendo impugnação, declarou a ata aprovada. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor passou ao **segundo item da pauta: Andamento da implantação do PJE no Fórum Desembargadora Maria Thereza de Andrade Braga Heynes – Fórum do Guará**. Com a palavra, o Senhor Secretário do PJE Doutor Declieux Dias Dantas informou que os treinamentos dos servidores e magistrados estão sendo finalizados e destacou que em relação ao cronograma, está tudo certo para a implantação no dia 04/12/2015. Em seguida passou ao **terceiro item da pauta: Andamento das estatísticas dos juizados.** O Senhor Secretário do PJE informou que a equipe da SEPJE está realizando testes juntamente com a equipe da COSIST para disponibilizar os dados estatísticos, pleito formulado pelos magistrados e destacou que há perspectiva de colocar em produção até o final do mês. Salientou que as equipes farão reuniões semanais, às terças-feiras

para avaliar o andamento dos trabalhos dos dados estatísticos. O Senhor Presidente do Comitê Gestor questionou sobre a reposição do défice de servidores do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública e foi informado que já há tratativas do Senhor Secretário-Geral com a Secretaria de Recursos Humanos para suprir a demanda. Foi ressaltado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência Doutor Eduardo Henrique Rosas que tem havido grande número de vacâncias de servidores e que na última quarta-feira perdemos dez servidores, sendo seis vacâncias e quatro aposentadorias. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola afirmou que é necessário que seja feita uma reengenharia da área administrativa, estudar cada setor para verificar a real necessidade das unidades administrativas, redimensionando a força de trabalho da área meio para a área fim. O Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência destacou que essa tem sido uma preocupação da atual gestão e que hoje temos setenta e cinco por cento de servidores na área fim do Tribunal. O MM Juiz destacou ainda que no Projeto de Lei Orçamentária para 2016, existe uma restrição para a nomeação de novos servidores, nas hipóteses de vacância por aposentadorias, o que trará ainda mais dificuldades em relação a força de trabalho do Tribunal no próximo ano. Em seguida, a Senhora Conselheira Hellen Falcão noticiou que precisa de informações sobre o impacto do PJE hoje, para apresentar a OAB/DF, pois existe um grupo que tem dificuldades em aceitar o processo judicial eletrônico. Deste modo, solicitou que o Tribunal forneça dados estatísticos como por exemplo, economia de papel e insumos, como toner, pessoal de mensageria e principalmente, redução do tempo na tramitação dos processos, para que possa apresentar um relatório demonstrando o quanto o PJE tem sido positivo. O Senhor Secretário do PJE informou que existe um trabalho muito interessante que está sendo realizado pela COGESA – Coordenação de Gestão Socioambiental do TJDFT, com os sete Juizados Cíveis de Brasília, no qual foram coletados dados sobre a economia de papel e insumos. Relativamente a redução do tempo de tramitação do processo, destacou que ainda não foi feito pois foi preciso esperar uma adaptação, já que quando o PJE iniciou existiam muitos processos físicos junto com o eletrônico. A partir do segundo ano, as pessoas já estão mais acostumadas com o PJE, além do sistema ter evoluído bastante, o que provavelmente, reduz o tempo de tramitação dos processos. A Senhora Conselheira questionou se é possível afirmarmos que houve uma redução de tempo de tramitação dos processos, mas o Senhor Secretário do PJE respondeu que é preciso fazer um levantamento minucioso para avaliar. A Senhora Coordenadora da COSIST destacou que com o novo Justiça em Números passaremos a ter variáveis de tempo, mas o CNJ só vai passar a nova versão para o Tribunal depois do Encontro Nacional que ocorrerá na segunda quinzena de novembro. Mas como precisamos encaminhar esses dados para o CNJ ainda este ano, será possível ter uma primeira visão desses números. Na ocasião, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Comitê Gestor destacou que não temos mais espaço físico no arquivo do Tribunal e que as Secretarias de Turmas tem arquivado os

processos na própria secretaria, dificultando até o trânsito das pessoas. O impacto que é gerado em papel é muito grande para o Tribunal. Outro aspecto destacado pelo Senhor Presidente do Comitê Gestor é que o custo da tramitação do processo físico em segundo grau, gira em torno de R$3.700,00 (três mil e setecentos reais). No PJE, o custo do processo é de apenas R$0,90 (noventa centavos), não estando agregado a esse valor o custo operacional humano, que eleva consideravelmente o custo total, mas que ainda assim, não deve ultrapassar R$ 2.000,00 (dois mil reais). A Senhora Conselheira da OAB/DF destacou como medida para acabar com os arquivos físicos a mesma solução adotada pelos escritórios inteligentes que arquivam apenas procurações e contratos. Outra vertente é que o metro quadrado nas grandes cidades, como Brasília por exemplo, é muito caro, o que reforça a tese de que não há mais como manter salas alugadas com o fim exclusivo de arquivar processos. A Senhora Conselheira sugeriu que o Comitê faça um relatório de final de ano, com o que foi realizado até aqui, quais são os problemas que surgiram nessa trajetória e como foram solucionados, para que isso fique arquivado na memória do PJE. Afirmou que embora essa fase tenha muitas dificuldades, precisamos registrar isso. O Senhor Presidente do Comitê Gestor colocou-se à disposição para ir até o Conselho conversar com os advogados sobre o PJE. A Senhora Conselheira afirmou que neste momento, existe uma rejeição ao PJE e inclusive há aqueles que defendem que o PJE seja opcional. O Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor defendeu que é preciso transmitir aos advogados que é inevitável a expansão do PJE e que é uma questão de mudança de cultura. Relatou que, embora ainda não tenhamos muitos dados estatísticos sobre o PJE, levando em conta que foram implantados apenas nos Juizados e Turmas Recursais, como jurisdicionado, já teve oportunidade de verificar a celeridade dos processos que tramitam no PJE. O Senhor Secretário do PJE destacou que hoje, temos cento e noventa e uma mil petições intermediárias e cerca de 71% (setenta e um por cento) foram produzidas via internet, ou seja, os advogados não precisaram se deslocar até o fórum. Em seguida, passou ao **quarto item da pauta: Assuntos Diversos.** A Senhora Conselheira Hellen Falcão indagou sobre a questão do JAVA se será finalizada até dezembro. O Senhor Secretário do PJE informou que o assinador está em fase de testes e na primeira ou segunda semana de dezembro deverá ser colocado em produção. O problema é que o assinador não funciona com o MAC mas a equipe está trabalhando nisso. Outra questão colocada pela Senhora Conselheira refere-se ao CEP para citação de locais em que não existe CEP. O Senhor Secretário do PJE informou que poderia ser colocado o CEP genérico, da rua ou local mais próximo. A Senhora Coordenadora da COSIST sugeriu que quando ocorrer essa dificuldade, seja encaminhada a COSIST e destacou que o Tribunal tem um contrato com os Correios, o V-POST, e que poderá verificar com os Correios. Enfatizou que quando o E-CARTA for colocado no PJE, o webservice só vai receber. O Senhor Secretário do PJE informou que a atualização é feita através de um contrato do CNJ com os Correios que fazem uma atualização da base de dados do CEP. A Senhora Conselheira

informou que seja pedido que a atualização seja mais rápida e eficaz. Foi destacado que a questão do CEP impacta no tempo de permanência na primeira instância, podendo até travar o processo. A Senhora Conselheira solicitou que seja destacado que os processos não poderão ser extintos por causa do CEP. O MM Juiz Assistente da Corregedoria Doutor Márcio Evangelista ressaltou que isso dificilmente ocorreria. Em seguida, pontuou que com a proximidade do término da gestão, disparou um processo no último dia 12, dirigido aos diretores de secretaria para colher as últimas impressões do PJE, a exemplo do que foi feito no último ano com os magistrados em relação aos problemas que estavam enfrentando com o PJE. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola destacou a importância de fazermos essa auto avaliação. É imprescindível que saibam que estamos prontos a ouvir e ajudar. O MM Juiz Assistente da Corregedoria ressaltou que não há tanta resistência ao PJE por parte dos magistrados, a principal reclamação ainda é em relação ao sistema pouco amigável. Em seguida, o representante do MPFDFT apresentou uma questão sobre o PJE, relativa ao ingresso de ação originária de segundo grau, sobre a existência de um campo para inserção do número de primeiro grau. Esse campo aceita qualquer tipo de algarismo, aceita qualquer informação, não tem nenhuma crítica e é obrigatória a inserção. Só que essa informação não é replicada no MNI. Deste modo, não é possível usar o MNI para peticionar no PJE de segundo grau, nas classes, nas hipóteses em que se exige esse número. É necessário usar diretamente o PJE para peticionar. Isso gera alguns problemas. O primeiro é que o processo não vai para a base do MPDFT. Conversando com o Secretário do PJE, o representante do MPDFT questionou se, já que o sistema não faz nenhuma crítica, qual seria a complexidade de retirar a obrigatoriedade desse item e em caso afirmativo, qual seria o tempo necessário para fazê-lo. Segundo informado, a solução para esse problema é simples e rápida. Porém, existe uma obrigatoriedade imposta pela Corregedoria. Por esta razão, o Doutor André Vinícius trouxe essa questão novamente ao Comitê, conforme decidido na última reunião, para que possa analisar a viabilidade de suprimir essa obrigatoriedade. Foi esclarecido que essa determinação não foi exatamente imposta pela Corregedoria e que não é uma informação que agrega nada ao processo. Após deliberarem sobre o assunto, o Comitê decidiu, por unanimidade, pela retirada da obrigatoriedade desse campo e o Senhor Secretário do PJE informou que será feito ainda hoje ao final do expediente. Destacou ainda que isso será temporário pois a nova versão do MNI já contempla esse requisito. Em seguida, a Senhora representante da OAB/DF indagou sobre a questão do Recurso Extraordinário. O Senhor Secretário do PJE informou que o fluxo já está pronto e que as equipes da SEPJE e COSIST estão fazendo os últimos testes antes de colocar em produção. Na ocasião, o Excelentíssimo Senhor Juiz Flávio Fernando relatou fato que vem ocorrendo em relação aos recursos extraordinários para o Supremo de Turma Recursal. Informou que os pareceres eram feitos pela Presidência e passaram a ser feitos pelo Assessor da Turma Recursal. O problema é que os recursos ficaram parados por quatro meses, por que o PJE não tinha

um fluxo. Foi informado pela Senhora Coordenadora da COSIST que o fluxo foi desenvolvido e agora a admissibilidade será feita pelo Presidente da Turma e quem fará a publicação será o SERECO/SEJU. A representante da OAB indagou ainda sobre a questão do Mozilla e o Senhor Secretário do PJE informou que a versão 42 do Mozilla com o Java 8 não funciona em nenhum sistema, não apenas no PJE. Mas já estão disponíveis orientações na página do PJE. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Presidente do Comitê Gestor pediu ao Excelentíssimo Senhor Juiz Assistente da Presidência que noticiasse ao Comitê sobre a inauguração do Complexo Judicial da Vara da Infância e da Juventude do DF, ocasião em que o MM Juiz Doutor Eduardo Rosas relatou que o evento ocorreu na manhã desta sexta-feira, 13/11/2015 e que foi um evento bastante concorrido, que contou com a presença do Presidente do TJDFT Desembargador Getúlio de Moraes, do Governador do DF Rodrigo Rollemberg, Deputados, além de inúmeras autoridades. Também compareceu ao evento o primeiro juiz da infância e da juventude, o Desembargador Jorge Duarte. O complexo contará com cinco blocos, onde funcionarão varas e serviços da Justiça, o Núcleo de Atendimento Integrado – NAI, biblioteca, escritório do UNICEF, arena coberta, teatro com duas salas, pavilhão múltiplo uso, área de lazer e espaços voltados ao esporte. Será um complexo muito importante para todo a comunidade do DF. Na sequência, Sua Excelência agendou a 69ª Reunião do PJE, para o dia 20/11/2015, às 13h30. Exaurida a pauta e não havendo outras deliberações por parte dos presentes, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Flávio Rostirola encerrou a sessão às 14h45, determinando que fosse lavrada a presente ata, que por ser a expressão da verdade segue assinada por todos os presentes.

DESEMBARGADOR FLÁVIO ROSTIROLA
Presidente do Comitê Gestor do PJE

EDUARDO HENRIQUE ROSAS
Juiz Assistente da Presidência

MÁRCIO EVANGELISTA FERREIRA DA SILVA
Juiz Assistente da Corregedoria

FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA
Juiz de Direito do 7º Juizado Especial Cível de Brasília

FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE
Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA
Procurador de Justiça do MPDFT

LEONEL MAGALHÃES
Defensor Público da Defensoria Pública do DF

HELLEN FALCÃO
Conselheira da OAB/DF

DECLIEUX DIAS DANTAS
Secretário do PJE

KATIA DE SOUZA PRATES
Coordenadora da COSIST

GABRIELA BADARÓ
Assessora do MPDFT

FERNANDO ALVES DIAS
Coordenador Substituto de Gestão dos Sistemas de Segunda Instância

THAÍS FERREIRA VITURINO BOUERES
Diretora de Suporte Administrativo da Procuradora-Geral do DF